

SETOR EXTERNO E ECONOMIA INTERNACIONAL

Crise e desafios do agronegócio brasileiro

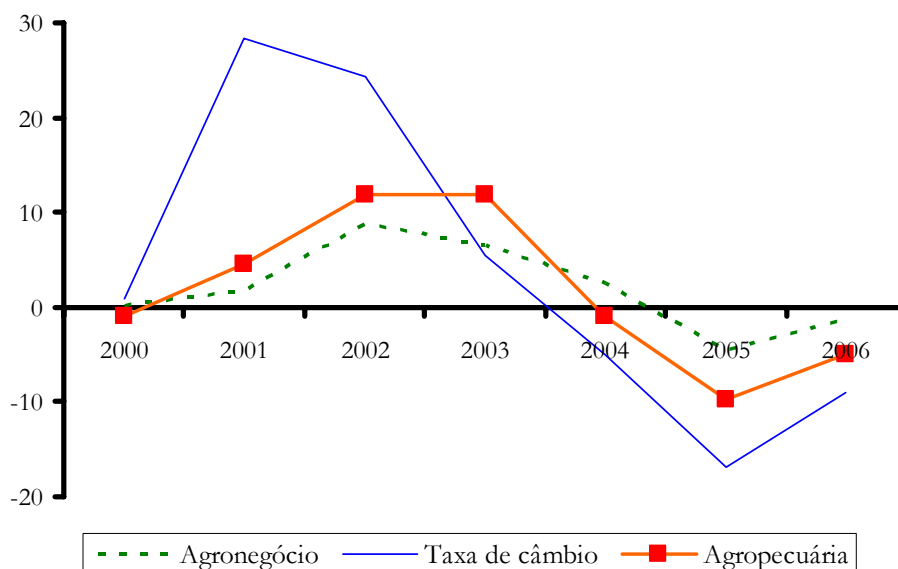
*Nilson de Paula**

Ao longo dos últimos meses, manifestações de agricultores e demais segmentos sociais vinculados ao agronegócio trouxeram à tona uma face preocupante de um dos setores de maior destaque na evolução recente da economia brasileira. Embora, em alguma medida, apenas reeditem situações semelhantes já ocorridas, a dimensão dos protestos recentes extrapola os limites do meio rural, passando a envolver atividades urbanas de serviços e de processamento industrial fortemente articuladas com a dinâmica do agronegócio. Com isso, a crise do agronegócio acabou por influenciar o nível de atividade e de emprego nos mais diversos setores, como produção de insumos, indústria e serviços de reparos de equipamentos mecânicos, atividades comerciais no meio urbano, etc, além daqueles situados na esfera de processamento industrial. Portanto, o impacto social e econômico dessa crise vem se propagando em direção a uma ampla rede de agentes, direta ou indiretamente vinculada à produção agropecuária.

O agronegócio como um todo, vem dando sinais de retração, revertendo uma trajetória de crescimento ao longo dos últimos seis anos, com maior intensidade entre as atividades do segmento agropecuário, em particular da agricultura. Embora a rentabilidade de algumas *commodities* tenha sido afetada pela instabilidade dos preços e por problemas de ordem climática, como a quebra de safras e a questão sanitária, o desempenho do setor foi fortemente determinado pela valorização cambial (gráfico 1). Essa perda de dinamismo do agronegócio, embora mais visível nas atividades ligadas ao comércio internacional, resultou numa perda de importância no conjunto da economia brasileira, reduzindo de 30,6% em 2003 para 27,9% em 2005, e devendo chegar a 26% no corrente ano.

* Doutor em economia pela University College London. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: nilson@ufpr.br

Gráfico 1. Variação anual das taxas de crescimento do agronegócio, da agropecuária e da taxa de cambial média no período - 2000 a 2006



Fonte: Cepea/Esalq, Bacen

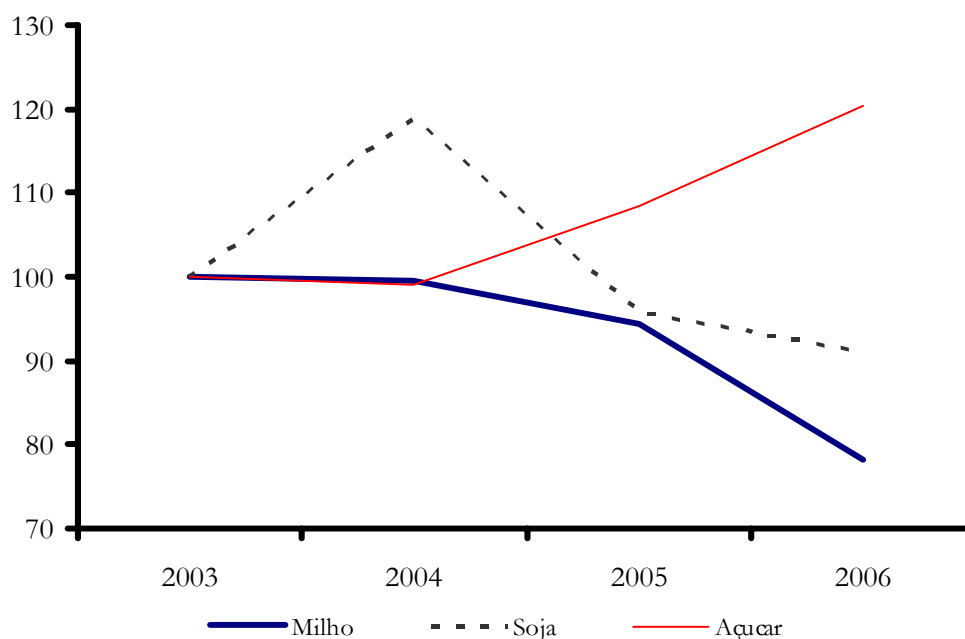
Nesse sentido, a crise atual vivida pelas atividades do agronegócio vem sendo, de certa forma, anunciada ao longo dos anos anteriores. No período de janeiro a maio de 2005, o PIB da agropecuária como um todo já havia apresentado uma retração, principalmente no segmento da agricultura que foi afetado por oscilações negativas de preços de algumas *commodities*. Contrariamente, as atividades do agronegócio relacionadas ao processamento industrial revelaram uma trajetória menos preocupante, supostamente não tão influenciadas pela deterioração cambial. Essa tendência parece ter se mantido, ou mesmo se agravado, durante o primeiro semestre de 2006, em termos dos preços e do nível de renda dos produtores agropecuários.

Vale destacar que, mesmo diante de um cenário ainda não definido para o corrente ano, tem-se como certa a evolução negativa na receita agrícola total durante as últimas safras. Segundo dados do Ministério da Agricultura, a renda agrícola total deverá sofrer uma perda de 14% em 2006, comparada ao nível de 2003. Tendo por base cálculos da RC Consultores, divulgados no jornal Valor Econômico (28/06/06), essa redução na receita total dos agricultores tem sido fortemente influenciada pela evolução da receita obtida na produção de soja e milho que deverão registrar uma perda de 44% e 14%, respectivamente, no período. Por outro lado, segundo a mesma consultoria, essa perda de renda está sendo aliviada pela evolução positiva de outros produtos, como café, com um aumento de 20%, cana de açúcar com expansão de 42% e laranja com incremento de 36%.

Embora a referida crise venha se manifestando diferentemente entre regiões, de acordo com o grau de sensibilidade de seus produtos às condições desfavoráveis de mercado, em particular aos efeitos da valorização cambial, seu ponto mais frágil parece estar situado entre os produtos vinculados ao complexo protéico, como a soja, milho e carnes. O aumento dos estoques de soja e um possível aumento de oferta pelos países produtores, estarão inibindo as perspectivas desse produto no mercado mundial. Por sua vez, a produção pecuária vem sofrendo sérios problemas em todas as frentes. Enquanto a exportação de gado bovino ainda sofre as conseqüências dos surtos de febre aftosa, a de suíno ainda enfrenta as limitações impostas pela Rússia, além do baixo nível de consumo doméstico. Mais ainda, a propagação da gripe aviária tem contribuído para uma redução do consumo restringindo, portanto, o mercado importador.

A conseqüência desse quadro pouco promissor nos diferentes mercados de carne, certamente implicará numa redução da demanda por milho e farelo de soja utilizados na alimentação animal. Dessa forma, a gravidade da crise no agronegócio, mesmo se manifestando nacionalmente, tem sido maior naquelas regiões onde há um predomínio daquelas atividades, a exemplo dos estados do Centro-Oeste e do Sul. O gráfico 2 ilustra a diversidade de situações no agronegócio, revelando um contraste na trajetória dos preços da soja e milho, por um lado, e do açúcar por outro.

Gráfico 2. Evolução dos preços médios anuais de milho, soja e açúcar (2003=100)



Fonte: IPEA, 2006

O contexto recente envolvendo as atividades do agronegócio, inevitavelmente resultará, no prazo imediato, numa redução do nível de atividade de quase 2%, segundo previsões da Confederação Nacional da Agricultura. Em outras palavras, o nível de competitividade certamente será reduzido. Embora esse setor de atividades, como um todo, ainda seja responsável pela maior parte dos elevados saldos obtidos na balança comercial, há uma expectativa de que, mantendo constantes as condições macroeconômicas e de mercado, essa participação deve reduzir de 36% para 34%. Igualmente, a Conab prevê uma redução da colheita de grãos de aproximadamente 3 milhões de toneladas, confirmando um cenário cuja extensão no curto prazo será definida pela decisão dos produtores de reduzir a área plantada ou migrar para atividades menos suscetíveis às instabilidades correntes.

Tendo em vista a conjuntura recente, descrita acima, pode-se considerar que a recuperação do vigor do agronegócio brasileiro, bem como de sua importância nas contas externas e na estabilidade de preços domésticos, estará inevitavelmente condicionada ao comportamento dos mercados mundiais dos principais produtos da agropecuária brasileira. Isso, entretanto, não será suficiente numa perspectiva de médio prazo, na qual três aspectos envolvidos na crise atual devem ser levados em consideração.

O primeiro diz respeito aos ajustes microeconômicos no plano das atividades produtivas através da incorporação de tecnologias voltadas ao aumento da produtividade e melhoria da qualidade, combinadas com redução dos custos de produção. Ajustes recessivos visando apenas redução de custo e a sobrevivência dos produtores, certamente implicarão em redução da capacidade produtiva e em menor eficiência, como tal, enfraquecendo ainda mais o setor. Tendo em vista que a valorização cambial não resultou no que seria uma lógica redução dos preços dos insumos importados, os produtores acabam por impor uma restrição no nível de atividade para fazer frente à perda de liquidez.

Nesse sentido, a incorporação de tecnologias voltadas para o aumento de produtividade se torna um ingrediente fundamental, na qual assumem grande relevância as instituições oficiais de pesquisa, a exemplo da Embrapa. Como modelo disso, pode ser detectado no desenvolvimento por aquela instituição uma cultivar de trigo capaz de alcançar níveis mais elevados de produtividade, além de tantas outras inovações produzidas ao longo da sua história. Da mesma forma, inovações organizacionais são bem vindas com vistas à racionalidade no uso de recursos e nos processos de decisão. Similarmente, os demais agentes das cadeias produtivas, situados na esfera do processamento agroindustrial, deverão reforçar as estratégias de agregação de valor e diferenciação de produtos.

No mês de maio, as exportações de carne voltaram a crescer, alcançando um patamar quase 20% superior ao mesmo período de 2005. Essa recuperação foi bastante influenciada pelas exportações de itens de maior valor agregado, com os quais, ganhos adicionais de preço foram conquistados. (Valor Econômico, 7 de junho de 2006).

O segundo aspecto está relacionado à condução da política agrícola. Quanto mais pautada pelas regras de mercado esta estiver, simplesmente mais freqüentes serão as demandas por medidas de socorro. Como observado nos últimos meses, as preocupações se concentraram na solução de problemas relacionados às dívidas acumuladas ao longo de vários anos e na definição dos financiamentos para a próxima safra. Nesse contexto, iniciativas pontuais apenas reforçam o caráter emergencial das decisões oficiais, a exemplo da redução ou isenção de impostos relativos a suínos e frangos no Paraná e Santa Catarina como forma de recuperar o nível de renda dos criadores. Essas iniciativas, tanto no plano federal quanto nos estados, serão insuficientes para reconduzir o agronegócio a patamares anteriores de competitividade.

Independentemente da resposta do governo às reivindicações apresentadas através de pacotes de ajuda emergencial, constatou-se com uma certa nitidez, que o forte dinamismo da complexa rede de relações embutidas no agronegócio brasileiro não foi capaz de absorver os variados efeitos negativos oriundos das condições recentes de mercado. Ou seja, há uma desconfortável evidência de que mesmo desfrutando de uma elevada competitividade, a estabilidade de renda no campo, em graus variados, no limite, depende essencialmente de uma rede de proteção oficial. As falhas de mercado, nesse sentido, são ingredientes estruturais e não eventuais de grande parte dos negócios aí localizados. Na prática, os ganhos fartos gerados nos anos anteriores, sob condições cambiais e de mercado mais favoráveis, não se traduziram em resistência a eventuais situações de crise. Nesse contexto, a acumulação de dívidas passadas vem se traduzindo numa dificuldade crescente para negociações subseqüentes com o governo, na medida em que crises de mercado ocorram.

O terceiro condicionante à recuperação do agronegócio está relacionado às perspectivas das negociações multilaterais nessa etapa conclusiva da Rodada Doha. Tendo em vista os resultados preliminares até agora atingidos pelos negociadores, não há motivos para otimismo, não só no que diz respeito à rodada em si, mas também quanto ao próprio futuro da OMC. Qualquer acordo, principalmente envolvendo o G-20, os Estados Unidos e União Européia, estará muito aquém das expectativas da maior parte dos países membro, em particular aqueles com inserção competitiva nos mercados agrícolas. Enquanto os EUA

resistirem às propostas de redução de seus subsídios e a União Europeia mantiver níveis elevados de proteção tarifária, pouco poderá ser esperado da atual rodada em termos de maior acesso aos principais mercados dos produtos agropecuários brasileiros.

As negociações em curso, com previsão de algum resultado no início de julho, deverão adiar a conclusão da rodada para um momento posterior, provavelmente no próximo ano. Até lá, as indefinições deverão prevalecer. Nesse cenário, duas complicações surgiram nos últimos dias. A primeira oriunda de alguns países em desenvolvimento, rompendo o consenso construído pelo G-20 contra as políticas protecionistas dos países desenvolvidos, ao propor salvaguardas especiais para produtos agrícolas com oscilações de preço ou que cause aumentos de suas importações. Como o Brasil vem aumentando as exportações para esses países, tal iniciativa, não apenas cria uma divisão interna no G-20, complicando o andamento das negociações, como cria dificuldades para as exportações brasileiras de vários produtos. Entre 2000 e 2005, as exportações de soja e de carne bovina pelo Brasil para países em desenvolvimento cresceram 83% e 44% respectivamente, segundo dados do MIDC. Um segundo complicador para as negociações provém da iniciativa dos EUA de ressuscitar a cláusula da paz, como uma condição para o avanço das negociações multilaterais. Criada durante a Rodada Uruguai e eliminada em 2003, essa cláusula era um mecanismo que tornava certas políticas de proteção dos países desenvolvidos isentas de questionamento pelo organismo multilateral.

Enfim, a crise do agronegócio não pode ser vista apenas como um evento conjuntural em função de certas condições desfavoráveis do mercado e de certos desvios da política agrícola. Mais do que isso, ela revolve aspectos estruturais de um dos setores mais competitivos da economia brasileira, exigindo, portanto, estratégias que possam ir além da solução de problemas específicos de safra e de dívidas acumuladas.

Referências Bibliográficas

VALOR ECONÔMICO. “Exportação de carne atropela as barreiras pós-aftosa e bate recorde”. 7 jun. 2006. pg. B12.

VALOR ECONÔMICO. “Soja motiva queda da receita agrícola”, 28 jun. 2006. pg B11.

IPEA. Boletim de Conjuntura, n. 73, jun. 2006.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em: jun. 2006.